



CARTA DE MANIFESTAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DA TERRA INDÍGENA YANOMAMI

As lideranças das Associações da Terra Indígena Yanomami, representantes legítimos de aproximadamente 32 mil habitantes distribuídos em todo o território, vêm, com profundo pesar e elevada preocupação, manifestar-se acerca da condução atual do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kwana (DSEI-YY), cujas diretrizes e gestão vêm sendo desconsideradas pelo Ministério da Saúde e, em especial, pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI).

A coordenação do DSEI-YY tem sido sistematicamente excluída de processos decisórios essenciais, sobretudo no que se refere às contratações de profissionais por meio da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS). Os processos seletivos estão sendo conduzidos de forma centralizada em Brasília, tirando a autonomia da coordenação do Distrito, no que se refere à avaliação curricular dos candidatos, além da formulação dos critérios de seleção.

Em vez disso, a coordenação é surpreendida com o mero recebimento de listas de candidatos previamente selecionados para entrevistas, sem que se leve em consideração o conhecimento e a experiência acumulados pelo Coordenador, o primeiro indígena da Terra Indígena Yanomami a assumir a coordenação do DSEI-YY, acerca das necessidades das comunidades indígenas atendidas.

Além disso, constata-se a ausência de autonomia administrativa e gerencial por parte do DSEI-YY, o qual, na prática, encontra-se impossibilitado de realizar contratações para cargos de confiança, medida indispensável à construção de uma política de saúde efetiva e culturalmente adequada.

De igual forma, nós, lideranças das Associações, sofremos com a falta de informações transparentes sobre os dados de saúde da Terra Indígena Yanomami, sobre a contratação de funcionários e Agentes Indígenas de Saúde (AISs) e sobre as avaliações periódicas de desempenho dos profissionais de saúde, que deveriam ser encaminhadas pela gestão sediada em Brasília ao CONDISI-YY e ao DSEI-YY, para que publicize informações.

Não sabemos se estas avaliações estão sendo feitas, como estão sendo feitas, com qual frequência e parâmetros. Tal omissão compromete a nossa fiscalização da qualidade dos serviços prestados, tornando a gestão do DSEI-YY não apenas ineficaz, mas também refém de uma lógica de invisibilidade institucional que subverte o propósito de descentralização da política pública de saúde indígena.

Além disso, não há informações sobre o “Centro de Saúde” em Surucucu, fruto da ação da Central Única das Favelas (CUFA), Frente Nacional Antirracista com o apoio da sociedade civil, de empresas e do Governo Federal. Não sabemos seu nível de complexidade no atendimento, sua abrangência territorial, sua data de inauguração, e sua previsão de recebimento de materiais hospitalares e suprimentos. Não sabemos nem mesmo o nome do empreendimento!

É igualmente alarmante a não implementação do Manual de Atendimento aos Indígenas Expostos ao Mercúrio, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas e o próprio Ministério da Saúde, lançado em 28 de maio de 2025. Tal documento, concebido com o intuito de orientar condutas clínicas e de vigilância em saúde frente ao grave cenário de contaminação mercurial na TI Yanomami, permanece sem qualquer previsão de aplicabilidade prática. Os profissionais de saúde que atuam em campo ainda não receberam treinamento específico, evidenciando mais uma vez a desconexão entre a formulação e a execução das políticas públicas voltadas às populações indígenas.

Soma-se a isso o abandono das obras da Casa de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana em Boa Vista/RR (CASAI-YY), paralisadas há mais de nove meses pela

empresa de engenharia responsável, sem qualquer intervenção eficaz por parte das instâncias superiores para sua retomada.

Outro ponto que merece apuração urgente é o monopólio exercido pela empresa Voare Táxi Aéreo, contratada para realizar remoções aeromédicas, transporte de profissionais de saúde e entrega de insumos médicos e farmacêuticos à Terra Indígena Yanomami. Além de operar com evidente falta de profissionalismo e estrutura para atuar no transporte de pacientes, os dirigentes da empresa são alvo de sérias denúncias relacionadas a práticas de favorecimento político, compra de votos, o que compromete não apenas a integridade dos serviços prestados, mas também o caráter técnico e impessoal que deve nortear a Administração Pública.

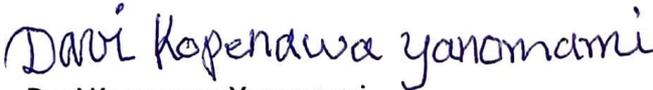
Destaca-se, ainda, a prática abusiva da empresa em impor multas ao DSEI-YY em razão de atrasos de pagamentos decorrentes do atraso da liberação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o que revela o evidente desequilíbrio contratual e afronta ao princípio da razoabilidade.

A gravidade da situação atingiu seu ápice no trágico acidente ocorrido no último dia 7 de julho, envolvendo um helicóptero operado pela VOARE, que resultou na morte de dois idosos Yanomami já debilitados pela desnutrição. Há fortes indícios de que o acidente tenha decorrido de supostas falhas mecânicas, superlotação da aeronave e omissão da torre de comando, circunstâncias que indicam responsabilidade objetiva da empresa e exigem rigorosa apuração.

Importa ressaltar que os recursos emergenciais alocados para a crise humanitária na TI Yanomami já se encontram esgotados, sem que tenha sido estruturada qualquer resposta duradoura para o atendimento da saúde. Diante desse quadro de desorganização e negligência, é imperativo que se promova a reestruturação do DSEI-YY, com o retorno ao modelo descentralizado de gestão baseado na experiência acumulada pela Saúde Urihi e outras conveniadas, conforme autorizava a legislação conhecida como Lei Arouca (Lei nº 9.836/1999), que criou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e orientou a atuação respeitosa e participativa no cuidado à saúde indígena.

As lideranças que assinam esta manifestação reiteram seu compromisso com a vida e a dignidade de seus povos e requerem, respeitosamente, a atuação enérgica e imediata dos órgãos responsáveis para apurar os fatos aqui relatados, responsabilizar os agentes públicos e privados eventualmente envolvidos, e restabelecer a legalidade e o respeito aos direitos constitucionais dos povos indígenas.

Boa Vista, 18 de julho de 2025.


Davi Kopenawa Yanomami

Presidente da Hutukara Associação Yanomami



Carlinha Lins Santos

Presidenta da Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma



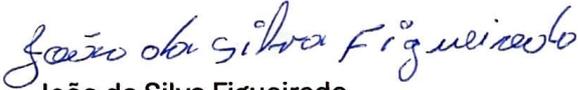
Júlio David Magalhães Rodrigues

Presidente da Wanasseduume Associação Ye'kwana



Waihiri Hekurari Yanomami

Presidente da Urihi Associação Yanomami


João da Silva Figueiredo

Presidente da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e seus Afluentes

Tancredo Keropeteri Yanomami

Tancredo Keropeteri Yanomami

Presidente da Associação Parawami Yanomami

Zé Gadilha Xamatawteri Yanomami

Zé Gadilha Xamatawteri Yanomami

Liderança da Associação Kurikama Yanomami